RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Pesquisa mapeia aumento de ataques a nordestinos em anos eleitorais

'MISERÁVEL', 'INGRATO', 'BURRO'

g1

Ofensas como "pobre", "burro", "analfabeto" e "ingrato" se intensificaram nas redes sociais durante as últimas eleições presidenciais. Um levantamento baseado em dados da SaferNet, ONG que defende os direitos humanos na internet, mostra que os ataques xenofóbicos contra nordestinos na rede social X aumentaram 821% em 2022 na comparação com o ano anterior. Em 2018, também ano eleitoral, a alta havia sido de 595,5%.

Os números da Safernet foram analisados no estudo "Discursos de ódio em redes sociais: uma análise com processamento de linguagem natural", reito por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A próxima eleição presidencial, porém, vai acontecer em um cenário inédito. Será a primeira após o Supremo Tribunal Federal (STF) mudar o entendimento sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que trata da responsabilidade das plataformas digitais por conteúdos publicados por terceiros.

Especialistas ouvidos avaliam que as ofensas xenofóbicas devem continuar aparecendo nas redes em 2026, mas destacam que o novo entendimento da Corte, somado às punições aplicadas em eleições anteriores, tende a alterar a dinâmica do debate online.

Com a nova interpretação, as empresas passam a ter o dever de agir de forma mais ativa na remoção de conteúdos ilegais. Nesse contexto, plataformas podem ser responsabilizadas se não removerem conteúdos que promovam discurso de ódio, racismo, pedofilia, incitação à violência ou a defesa de golpe de Estado.

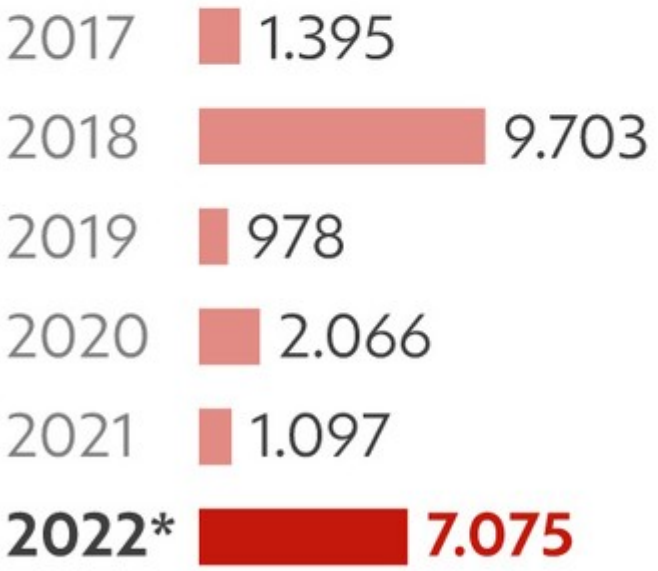
Para Eanes Pereira, pesquisador da UFCG e um dos autores do estudo, a maior preocupação para este ano será o uso de inteligência artificial para promover o discurso de ódio:

“A inteligência artificial generativa consegue produzir vídeos, áudios e textos falsos com um alto grau de fidelidade, capazes de enganar grande parte da população. Por isso, é o maior desafio para os processos eleitorais atualmente".

Ataques a nordestinos na internet

Pesquisadores mapearam o cresci do discurso de ódio no ano eleitor

Xenofobia



Intolerância religiosa



Ataques a nordestinos na internet explodem em anos eleitorais | Foto: Arte g1

'Não vai ser diferente'

egundo os números da Safernet, obtidos a partir de denúncias de crimes de ódio na internet, 2022 foi o terceiro ano eleitoral seguido com crescimento desse tipo de ataque. Além da xenofobia, aumentaram as manifestações de intolerância religiosa (+ 522%) e de misoginia (+ 184%).

A pesquisa conduzida pelo grupo Interfaces da UFSCar, publicada na revista científica "GEMInIS", analisou 282 milhões de publicações no X entre julho e dezembro de 2022.

O monitoramento mostra que o discurso de ódio se intensifica à medida que a eleição se aproxima. As citações ao Nordeste triplicaram no mês de outubro em 2022, quando o presidente Lula (PT) venceu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em comparação à média de meses anteriores.

Para 2026, os especialistas acreditam que os ataques a nordestinos vão continuar existindo, mas a expectativa é que sejam menos frequentes que em 2022.

"As punições judiciais aplicadas em alguns casos, em anos anteriores, cumprem um papel educativo. Isso faz com que as pessoas pensem duas vezes antes de realizar ataques mais explícitos nas redes sociais", afirma Pereira.

Condenados por xingar nordestinos

Em 2025, a Justiça do Rio Grande do Sul condenou o personal trainer Vinicius Francisco Barbosa da Silva a dois anos de reclusão em regime inicial aberto e ao pagamento de multa, por ter insultado nordestinos nas redes sociais em outubro de 2022.

Em 2012, a estudante Mayara Petruso também foi condenada a 1 ano, cinco meses e 15 dias pela Justiça de São Paulo por ter postado mensagens preconceituosas e incitado a violência contra nordestinos nas eleições de 2010.

Diretora da Safernet Brasil, Juliana Cunha reconhece o caráter didático das punições, mas defende que não se deve contar unicamente com o código penal para mudar uma realidade.

"Em ano eleitoral, e especialmente quando envolve eleição presidencial, a polarização é muito maior. Não vai ser diferente esse ano. Não é porque há um recrudescimento da lei que as pessoas deixam de ser racistas ou xenofóbicas. É uma questão cultural, histórica", afirmou ela.

O mapa do ódio

Pesquisadores do grupo Interfaces usaram técnicas de Processamento de Linguagem Natural para analisar como a polarização política impulsionou ataques a nordestinos nas redes sociais. O estudo mapeou os termos mais associados à palavra "nordestino" e identificou um aumento progressivo de associações negativas à medida que as eleições se aproximavam.

Setembro e outubro concentraram o maior volume de ofensas, sem a presença de termos positivos entre os mais relacionados.

Em julho e agosto, predominavam palavras neutras. Em setembro, "pobre" passou a figurar entre as principais associações; em outubro, ganharam força adjetivos como "ingrato" e "analfabeto". Em novembro, "burro" chegou ao segundo lugar, enquanto em dezembro as expressões pejorativas perderam relevância.

Segundo os autores da pesquisa, esses termos não estavam nos filtros de busca e surgiram espontaneamente na coleta, o que evidencia o caráter xenofóbico do discurso analisado.

"Esse povo do Nordeste burro não sabe votar."

A frase acima está em uma das postagens identificadas pelos modelos de análise utilizados na pesquisa. Esses modelos mapeavam os termos que orbitavam a palavra "nordestino" e faziam associações semânticas, ou seja, de sentido dos termos.

Responsabilidade das plataformas

Além de punições individuais, os pesquisadores defendem maior responsabilização das plataformas, que já dispõem de tecnologias capazes de identificar discurso de ódio e agora podem ser punidas judicialmente se não removerem conteúdos criminosos, como a xenofobia.

Para Juliana Cunha, será necessário acompanhar como as empresas vão aplicar as novas regras do Marco Civil, já que parte da moderação exige análise humana. Ela cita o exemplo da Alemanha, onde a proibição ao discurso neonazista levou a uma moderação mais rigorosa, e defende medidas como desmonetização de perfis que propagam ódio e incentivo a discursos contrários.

O estudo conclui que postagens ofensivas não são protegidas pela liberdade de expressão, pois violam a dignidade humana e podem ser enquadradas na Lei Antirracismo.